

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais levantados	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Pelotas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos


Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de março de 2013, sem qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos as reclassificações descritas na Nota Explicativa 4 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP-249186/O-5

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Balancos patrimoniais levantados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.050	4.488
Clientes	6	3.352	3.651
Clientes - Partes relacionadas	6	5.007	3.369
Despesas antecipadas	7	434	368
Tributos a recuperar		-	5
Partes relacionadas	14	97	-
Outros créditos		724	328
Total do ativo circulante		12.664	12.209
Não circulante			
Partes relacionadas	14	-	324
Depósitos judiciais	8	174	141
Imobilizado	9	7.576	6.661
Intangível	10	153.771	123.665
Total do ativo não circulante		161.521	130.791
Total do ativo		174.185	143.000

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Balancos patrimoniais levantados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		3.590	2.658
Empréstimos	13	107.789	71.660
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.565	1.308
Obrigações sociais e trabalhistas		2.430	2.132
Partes relacionadas - fornecedores	14	1.861	387
Provisão para manutenção	15	-	1.779
Provisão para imposto de renda e contribuição social		4.495	5.494
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		1	48
Obrigações com poder concedente	16	137	121
Outras contas a pagar		1.820	1.221
Total do passivo circulante		123.688	86.808
Não circulante			
Empréstimos	13	-	13.238
Partes relacionadas - fornecedores	14	-	477
Provisão para manutenção	15	4.672	1.536
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	17	2.351	3.115
Outras contas a pagar		46	-
Tributos diferidos	11.a	10.322	5.777
Total do passivo não circulante		17.391	24.143
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	17.755	17.755
Reserva de lucros - legal	18.c	3.551	3.551
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	18.d	176	81
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	18.e	6.724	5.762
Reserva de capital - ágio na incorporação	18.f	4.900	4.900
Total do patrimônio líquido		33.106	32.049
Total do passivo e patrimônio líquido		174.185	143.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	19	209.915	165.252
Custo dos serviços prestados	20	(85.585)	(66.490)
Lucro bruto		124.330	98.762
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(16.583)	(10.649)
Outras despesas, líquidas		(332)	(279)
		(16.915)	(10.928)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		107.415	87.834
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	744	1.306
Despesas financeiras	21	(10.447)	(9.537)
		(9.703)	(8.231)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		97.712	79.603
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	11.b	(28.477)	(22.198)
Diferidos	11.b	(4.545)	(4.734)
		(33.022)	(26.932)
Lucro líquido do exercício		64.690	52.671
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	22	3,64	2,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	64.690	52.671
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>64.690</u>	<u>52.671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Ágio	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		17.755	31	4.900	3.551	4.179	-	30.416
Opções outorgadas reconhecidas	18.d	-	50	-	-	-	-	50
Dividendos pagos (R\$0,24 por ação)	18.f	-	-	-	-	(4.179)	-	(4.179)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	52.671	52.671
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$2,64 por ação)	18.f	-	-	-	-	-	(46.909)	(46.909)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,33 por ação)	18.f	-	-	-	-	5.762	(5.762)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		17.755	81	4.900	3.551	5.762	-	32.049
Opções outorgadas reconhecidas	18.d	-	95	-	-	-	-	95
Dividendos pagos (R\$0,32 por ação)	18.f	-	-	-	-	(5.762)	-	(5.762)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.690	64.690
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$3,26 por ação)	18.f	-	-	-	-	-	(57.966)	(57.966)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,40 por ação)	18.f	-	-	-	-	6.724	(6.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		17.755	176	4.900	3.551	6.724	-	33.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	64.690	52.671
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.772	7.432
Perda/baixa de ativo imobilizado e intangível	257	77
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos	7.757	7.860
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	(764)	(174)
Provisão para manutenção	1.357	(228)
Plano de opção com base em ações	95	50
Tributos diferidos	4.545	5.028
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.339)	(1.691)
Tributos a recuperar	5	(3)
Despesas antecipadas	(66)	(46)
Depósitos judiciais	(33)	(44)
Outros créditos	(396)	94
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	932	(313)
Obrigações sociais e trabalhistas	298	380
Impostos, taxas e contribuições a recolher	257	104
Partes relacionadas - fornecedores	1.224	(112)
Outras contas a pagar	645	(192)
Imposto de renda e contribuição social	(999)	889
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	88.237	71.782
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.943)	(2.747)
Aquisição de intangível	(38.107)	(29.458)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(41.050)	(32.205)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(47)	(79)
Obrigações com poder concedente	16	-
Captação de financiamentos - terceiros	35.000	22.000
Pagamentos de empréstimos	(15.600)	(4.791)
Pagamento de dividendos	(63.728)	(51.088)
Juros pagos	(4.266)	(16.144)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(48.625)	(50.102)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.438)	(10.525)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.488	15.013
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.050	4.488
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.438)	(10.525)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 27.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 6 e 7 anos;
- Máquinas e equipamentos 10 anos;
- Móveis e utensílios 10 anos;
- Outros 10 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos intangíveis--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões gerais--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo EcoRodovias é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de ativos e passivos financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações a respeito de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 9,05% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na Nota Explicativa nº 26.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pelo Grupo EcoRodovias, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer face às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,05% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

4. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos reapresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da reapresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.603	(79.603)	-
Lucro líquido	-	52.671	52.671
Tributos diferidos	294	4.734	5.028
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.309)	22.198	889
Juros pagos	(16.144)	16.144	-
Demais variações	13.194	-	13.194
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	55.638	16.144	71.782
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(32.205)	-	(32.205)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros pagos	-	(16.144)	(16.144)
Demais variações	(33.958)	-	(33.958)
Total do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(33.958)	(16.144)	(50.102)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(10.525)	-	(10.525)

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia--Continuação

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<u>Balanço patrimonial</u>	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo			
Circulante			
Obrigações com poder concedente	-	(121)	(121)
Outras contas a pagar	(1.342)	121	(1.221)
	<u>(1.342)</u>	<u>-</u>	<u>(1.342)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	1.810	1.943
Aplicações financeiras-		
Fundo de investimento (a)	567	3
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	673	2.542
	<u>3.050</u>	<u>4.488</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira (LF) e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$673 (R\$481 em 31 de dezembro de 2012).

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	5.007	3.369
Pedágio eletrônico - outros	579	1.120
Cupons de pedágio	2.713	2.476
Receitas acessórias	60	55
	<u>8.359</u>	<u>7.020</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração da gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" (vide Nota Explicativa nº 14).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" de R\$434 (R\$368 em 31 de dezembro de 2012) é composto substancialmente por prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 25.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo no início do exercício	141	97
Adições	17	5
Baixas/estornos	(6)	(20)
Atualização monetária	22	59
Saldo no fim do exercício	<u>174</u>	<u>141</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Hardware e equipamentos de pedágio	13,3	11.195	1.581	-	-	12.776	(7.678)	(1.578)	-	(9.256)	3.520	3.517
Máquinas e equipamentos	7,6	3.064	608	-	-	3.672	(1.613)	(257)	-	(1.870)	1.802	1.451
Móveis e utensílios	9,0	789	48	-	-	837	(311)	(73)	-	(384)	453	478
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	9	9
Outros	5,7	1.408	510	-	-	1.918	(947)	(94)	-	(1.041)	877	461
		16.465	2.747	-	-	19.212	(10.549)	(2.002)	-	(12.551)	6.661	5.916

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	10,7	12.776	1.795	(143)	(148)	14.280	(9.256)	(1.461)	104	(10.613)	3.667	3.520
Máquinas e equipamentos	7,6	3.672	116	(1)	-	3.787	(1.870)	(284)	-	(2.154)	1.633	1.802
Móveis e utensílios	8,6	837	65	-	-	902	(384)	(75)	-	(459)	443	453
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	9	9
Outros	7,0	1.918	967	-	148	3.033	(1.041)	(168)	-	(1.209)	1.824	877
		19.212	2.943	(144)	-	22.011	(12.551)	(1.988)	104	(14.435)	7.576	6.661

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 13) ou de processos de qualquer natureza.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram capitalizados encargos financeiros.

Ao final de cada exercício a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização					Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de concessão	(*)	162.160	29.415	-	-	191.575	(62.831)	(5.321)	-	-	(68.152)	123.423	99.329
Softwares de terceiros	11,2	956	43	-	-	999	(648)	(109)	-	-	(757)	242	308
		163.116	29.458	-	-	192.574	(63.479)	(5.430)	-	-	(68.909)	123.665	99.637
		Custo				Amortização					Residual		
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Contratos de concessão	(*)	191.575	38.036	(224)	-	229.387	(68.152)	(7.690)	7	-	(75.835)	153.552	123.423
Softwares de terceiros	9,1	999	71	-	-	1.070	(757)	(94)	-	-	(851)	219	242
		192.574	38.107	(224)	-	230.457	(68.909)	(7.784)	7	-	(76.686)	153.771	123.665

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2013 foi de 3,65% (3,01% em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Balanco patrimonial</u>		<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	720	1.059	(339)
Regime Tributária de Transição (RTT) (*)	(11.054)	(6.842)	(4.212)
Provisão para férias e encargos de diretores	12	6	6
	<u>(10.322)</u>	<u>(5.777)</u>	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)			
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			<u>(4.545)</u>

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, AVP ônus da Concessão e depreciação societária.

Reconciliação do f) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(5.777)
Despesa de imposto de renda reconhecido no resultado	(4.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(10.322)</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.712	79.603
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(33.222)	(27.065)
Outros	200	133
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(33.222)</u>	<u>(26.932)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - correntes	(28.477)	(22.198)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferidos	(4.545)	(4.734)

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ISS	660	594
Cofins	413	366
PIS	89	79
ISS fonte	152	40
Outros impostos	251	229
	<u>1.565</u>	<u>1.308</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Outubro/2013	119% do CDI	-	36.255
Capital de giro (c)	Dezembro/2013	112,5% do CDI	-	22.099
Capital de giro (a)	Outubro/2014	CDI + 2,032% a.a.	13.469	26.544
Capital de giro (d)	Outubro/2014	108,4% do CDI	58.782	-
Capital de giro (e)	Novembro/2014	108,0% do CDI	35.538	-
			107.789	84.898
Circulante			107.789	71.660
Não circulante			-	13.238

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.	Aval da EcoRodovias Infraestrutura e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios do pedágio.
(a) Santander	Não exigem manutenção dos índices	Aval da Companhia
(b) Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(c) Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d) Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(e) HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	84.898	75.973
Adição	35.000	22.000
Encargos financeiros	7.757	7.860
Pagamento do principal	(15.600)	(4.791)
Pagamento de juros	(4.266)	(16.144)
Saldo final	107.789	84.898

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial

Companhia	Natureza	Ativo			Passivo circulante e não circulante Contas a pagar
		Contas a receber	Créditos diversos	Intangível	
Circulante:					
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	18.660	1.138
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	391
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	Outras partes relacionadas	-	9	-	-
CBB Ind. Com. de Asfalto e Engenharia Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	3.340	120
TB Transportadora Betumes Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	680	29
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	-	-	-	39
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	-	-	2
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (f)	Controladora direta	-	88	-	88
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	-	-	-	12
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (g)	Controladora direta	-	-	-	42
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) (d)	Outras partes relacionadas	5.007	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		5.007	97	22.680	1.861
Total em 31 de dezembro de 2012		3.369	324	14.574	864

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita		Custos e despesas		
		Fibra ótica	Custos dos serviços prestados	Juros sobre mútuo	Despesas gerais e administrativas	Fibra ótica
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	3.341	-	1.740	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (f)	Controladora	212	-	-	-	212
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	-	-	-	461	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	-	1	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		212	3.342	-	2.201	212
Total em 31 de dezembro de 2012		306	3.416	44	2.140	306

- (a) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$32.337. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de dezembro de 2013 há um saldo de serviços a realizar de R\$13.502. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.138 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$5.081, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (c) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O valor mensal do aluguel é de R\$39.
- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo em aberto tem vencimentos de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias e avais.
- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com sua controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controladora. O valor mensal destes contratos é de R\$18, sendo registrados na receita e despesa respectivamente o mesmo montante.
- (g) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de despesas administrativas com sua controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com o objetivo de receber o rateio de custos e despesas comuns à sua controladora e a Companhia na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é 31 de dezembro de 2014.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Demonstração do resultado--Continuação

(h) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$32.287, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$28.947. Os saldos em aberto a pagar R\$149 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2013 em R\$944 (R\$822 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários	444	458
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 18.d)	95	50
Previdência privada	28	14
Benefícios diretos e indiretos	197	252
	764	774

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente à taxa de 9,05% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

	31/12/2011	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	12.057	792	-	-	12.849
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.215)	(413)	-	-	(1.628)
Realização da manutenção	(7.975)	-	(805)	-	(8.780)
Ajuste a valor presente - realizações	676	-	-	198	874
	<u>3.543</u>	<u>379</u>	<u>(805)</u>	<u>198</u>	<u>3.315</u>
Circulante	<u>2.080</u>				<u>1.779</u>
Não circulante	<u>1.463</u>				<u>1.536</u>

	31/12/2012	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	12.849	4.028	-	-	16.877
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.628)	(407)	-	-	(2.035)
Realização da manutenção	(8.780)	-	(2.401)	-	(11.181)
Ajuste a valor presente - realizações	874	-	-	137	1.011
	<u>3.315</u>	<u>3.621</u>	<u>(2.401)</u>	<u>137</u>	<u>4.672</u>
Circulante	<u>1.779</u>				<u>-</u>
Não circulante	<u>1.536</u>				<u>4.672</u>

16. Obrigações com o poder concedente

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas variáveis	<u>137</u>	<u>121</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	2.171	1.118	3.289
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	607	391	998
(-) Pagamentos	(1.261)	(235)	(1.496)
(+) Atualização monetária	208	116	324
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.725	1.390	3.115
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.725	1.390	3.115
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.590	128	1.718
(-) Pagamentos	(1.438)	(1.240)	(2.678)
(+) Atualização monetária	136	60	196
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.013	338	2.351

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$2.301 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$121 (R\$390 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2013, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$5.359 (R\$942 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Referem-se à ação pelo não recolhimento dos valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Companhia, e questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas nos imóveis objeto da concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 108.283 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>	<u>4ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	28.516	30.587	49.180
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$95 (R\$50 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>4ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Outorgadas	28.516	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	28.516	-	-	28.516
Outorgadas	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	28.516	30.587	-	59.103
Outorgadas	-	-	49.180	49.180
Exercidas	(7.129)	-	-	(7.129)
Em 31 de dezembro de 2013	21.387	30.587	49.180	101.154

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2014	16,56	27.070	2,48	67	11 meses
2015	16,56	27.070	3,17	86	23 meses
2016	17,22	19.944	3,50	70	35 meses
2017	19,39	12.295	4,90	60	47 meses
		<u>86.379</u>	<u>3,51</u>	<u>283</u>	

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia efetuou o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$63.728, sendo R\$57.966 referentes ao lucro do exercício de 2013 e R\$5.762 referentes ao lucro do exercício de 2012.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	64.690	52.671
Base de cálculo dos dividendos	64.690	52.671
Proposta da Administração		
Dividendos intermediários pagos	(57.966)	(46.909)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	6.724	5.762

f) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	102.576	80.629
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	47.355	30.501
Vale-pedágio	37.659	36.472
	<hr/> 187.590	<hr/> 147.602
Receita de construção	37.609	29.545
Receitas acessórias (b)	927	932
Receita bruta	<hr/> 226.126	<hr/> 178.079
Deduções sobre a receita bruta (c)	(16.211)	(12.827)
Receita líquida	<hr/> 209.915	<hr/> 165.252

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra ótica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributárias para análise adequada das deduções das receitas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Base de cálculo de imposto		
Receitas com arrecadação de pedágio	187.590	147.602
Receitas acessórias	927	932
	<hr/> 188.517	<hr/> 148.534
Deduções		
Cofins (3%)	(5.656)	(4.456)
PIS (0,65%)	(1.225)	(965)
ISS (2% a 5%)	(9.330)	(7.406)
	<hr/> (16.211)	<hr/> (12.827)

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal	14.556	13.120
Conservação e manutenção	11.990	6.512
Serviços de terceiros (*)	14.650	15.549
Seguros (vide Nota Explicativa nº 26)	801	709
Poder concedente - ônus variável da concessão	1.876	1.476
Provisão para manutenção	3.621	379
Depreciações e amortizações	9.772	7.432
Locação de imóveis e máquinas	1.522	1.480
Custos de construção	37.609	29.545
Outros	5.771	937
	<u>102.168</u>	<u>77.139</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	85.585	66.490
Despesas gerais e administrativas	16.583	10.649
	<u>102.168</u>	<u>77.139</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	719	1.247
Outras	25	59
	<u>744</u>	<u>1.306</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(7.757)	(7.860)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(137)	(198)
Obrigações fiscais	(215)	(156)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(737)	(511)
Outras despesas financeiras	(1.601)	(812)
	<u>(10.447)</u>	<u>(9.537)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.703)</u>	<u>(8.231)</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	64.690	52.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.755	17.755
Lucro básico por ação das operações continuadas	3,64	2,97

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 18, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

23. Participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração de participação nos lucros e resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$727 (R\$650 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e obrigações com o poder concedente detalhados nas Notas Explicativas nº 13 e nº 16, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas, definidos como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxa de 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (a)	107.926	85.019
Caixa e equivalentes de caixa	(3.050)	(4.488)
Dívida líquida	104.876	80.531
Patrimônio líquido (b)	33.106	32.049
Índice de endividamento líquido	3,17	2,51

(a) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes e obrigações com o poder concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nº 13 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.810	1.810
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	8.359	8.359
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.240	1.240
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	3.590	3.590
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	107.789	107.789

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 30 de dezembro de 2013 com base nas parcelas a vencer.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$5.007 (R\$3.369 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses
Capital de giro	108,0% do CDI	38.695
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	14.367
Capital de giro	108,4% do CDI	64.134

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II- 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	59	44	30
Juros sobre empréstimos	Alta do CDI	(11.385)	(13.663)	(15.941)
Juros a incorrer		(11.326)	(13.619)	(15.911)

Para fins de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deteriorações de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	10,25%	12,81%	15,38%

(*) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

25. Plano de previdência privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$140 (R\$81 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

26. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros contratados--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Seguro garantia	Junho de 2013 a junho de 2014	40.581
"All Risk" - responsabilidade civil	Julho de 2013 a julho de 2014	175.049
"All Risk" - Obras de Manutenção e Conservação	Julho de 2013 a julho de 2014	175.049
"All Risk" - danos materiais	Julho de 2013 a julho de 2014	940.285
"All Risk" - perda de receita	Julho de 2013 a julho de 2014	25.930
Equipamentos	Setembro de 2013 a setembro de 2014	192
Seguro sede	Agosto de 2013 a agosto de 2014	3.500
Obras sede	Setembro de 2013 a agosto de 2014	465
Veículos	Janeiro de 2013 a agosto de 2014	Tabela FIPE

27. Contratos de concessão

A Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo inicial de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Contratos de concessão--Continuação

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução nº 4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Companhia. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em complementação haverá: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Companhia, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e classificada na rubrica "Custo dos serviços prestados", na demonstração do resultado. Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	37.609	29.545
Custos de construção	(37.609)	(29.545)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Contratos de concessão--Continuação

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	Previsão de 2014 a 2026
Melhorias na infraestrutura	145.878
Conservação especial (manutenção)	31.543
Equipamentos	11.461